

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE TERESINA-PI

Maria Goreti da Silva Sousa

Introdução

O debate sobre a formação de professores é tema recorrente na contemporaneidade. A sociedade atual vista como pós- moderna, pós –industrial, sofre intensos processos de mudanças sociais, econômicos culturais e políticos. Aspectos como a globalização da economia que influenciam diretamente a ciência a tecnologia, a concentração de renda o desemprego, a disparidade entre a pobreza e a riqueza dentre outros fatores têm um impacto muito grande, sobretudo na educação e conseqüentemente na escola e no exercício profissional da docência. Por conseguinte impulsionam reformas em todos os setores da sociedade.

Assim a formação de que dispõem os professores não têm dado conta da dinamicidade do ato de ensinar em todas as suas dimensões. Para tanto uma nova forma de compreender e atuar na educação que têm como questão estratégica a profissionalização de professores faz-se necessário e urgente nesse contexto de mudança. Assim a concepção de educação, a função da escola, a relação entre o conhecimento escolar e a vida cotidiana, o papel do professor dentre outros aspectos têm sido o pano de fundo desse debate e exigem a ressignificação das práticas docentes.

Cabe destacar, igualmente, que a diversidade da formação do povo brasileiro por apresentar peculiaridades locais e regionais passa a exigir do professor uma formação mais consistente, não só do ponto de vista técnico, mas como profissional reflexivo como postula Schön (2000) e como profissional crítico reflexivo defendido por Pimenta (2005), Contreras (2002), dentre outros. Logo, há urgência em se construir diferentes caminhos para atender as necessidades educativas dos alunos. É preciso, portanto que esses alunos se desenvolvam como pessoas e tenham garantido aprendizagens significativas. Nessa perspectiva é fundamental optar por uma prática pedagógica que leve em consideração os pressupostos do paradigma emergente como defende Beherens (2003), cujo teor é votado para uma formação holística do indivíduo.

Além disso, os estudos mostram que a formação inicial em nível superior é indispensável visto que possibilita o início da profissionalização após uma formação em nível médio considerado básico e direito de todos os cidadãos brasileiros, conforme

determinação da Lei 9394/96. No entanto, diante do exposto somente essa formação não garante o perfil de professor que a educação pós moderna exige. O desenvolvimento profissional requer formação continuada permanente para todos os professores mesmo que esses já tenham uma formação a nível superior. Tudo isso exige à criação de sistemas de formação continuada e permanente para os professores.

Este artigo tem como objetivo descrever como vem se consolidando a formação continuada dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Teresina, especificamente no contexto da Escola Municipal Moacir Madeira Campos em Teresina-PI. Para desenvolver o presente estudo, optou-se por uma abordagem do tipo descritiva. Os dados foram colhidos a partir de questionários, análise de documentos e entrevistas semi-estruturada, com 24 professoras, denominadas interlocutoras.

O presente trabalho apresenta inicialmente uma contextualização da necessidade da formação continuada na sociedade contemporânea, num segundo momento o foco está voltado para a política de formação continuada da rede municipal de Teresina, no terceiro apresenta-se uma breve caracterização de quatro programas e a participação das professoras da Escola Municipal Moacir Madeira Campos e por último as considerações finais.

A política de formação continuada dos professores da rede municipal de ensino de Teresina – uma breve retrospectiva

A análise de documentos, como um dos instrumentos desta investigação permitiu uma breve descrição da política de formação da rede municipal de Teresina. Constatou-se que há influência de vários acordos e, sobretudo, das exigências legais. A necessidade de uma formação mais consistente impulsionou Estados e Municípios a investirem na qualificação dos professores, pois, melhorar a qualidade e a eficácia da formação dos docentes tornou-se um imperativo de todos os sistemas educativos, o que vem ocorrendo desde algumas décadas atrás (RODRIGUES; ESTEVES 1993, p.39).

Nessa perspectiva, elevar o patamar de qualidade na atuação profissional dos professores requereu ações em vários setores, entre os quais o da formação. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Teresina, apoiando-se nas exigências legais emanadas da Constituição Federal 1998, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, no Plano Nacional de Educação, no Plano Municipal Decenal de Educação para Todos (1993), no Plano Decenal de Educação de Teresina PDET (2003),

na Legislação Municipal de Teresina (2004), no Relatório de Atividades-Plano de Governo (2005/2008), no Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação (2001, 2002, 2003) dentre outros, reconhece a necessidade e assume o compromisso com o desenvolvimento profissional continuado dos profissionais da educação, sobretudo os que exercem a docência. Assim a valorização do magistério no que se refere à qualidade dos cursos de formação de professores passou a ser o foco das discussões.

Aos professores com formação em nível médio foram oferecidos cursos superiores a partir de 1998, numa parceria com a Universidade Federal do Piauí – UFPI, sendo eles submetidos a um processo seletivo através de vestibulares específicos organizados pela UFPI. No período dos cursos, o professor tinha o direito de ter dispensadas 20/horas de sua jornada de 40 horas, para se dedicar aos estudos. Essa garantia está, inclusive, assegurada na Lei 2.972, de 17 de janeiro de 2001-Estatuto do Magistério e no Plano de Cargos e Salários do Magistério Público da Rede de Ensino do Município de Teresina.

Convém destacar que a qualificação do professor em nível superior está garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9394/96, no artigo 67, em que se afirma que essa valorização deve estar assegurada nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. Nesse mesmo artigo da lei, consta a preferência para o ensino superior para os que atuam na Educação Infantil e nos quatros primeiros anos do Ensino Fundamental, apesar de permitir ainda formação de nível médio para os que trabalham nessas séries ou ciclos. A rede municipal de ensino avançou no processo de profissionalização docente quanto ao aspecto da formação, conforme Quadro 01 em anexo.

Nesse contexto de formação, visando ao desenvolvimento profissional do seu quadro de professores, a Prefeitura Municipal de Teresina ampliou sua política de formação, buscando parcerias junto ao Ministério de Educação e Cultura e Fundo de Desenvolvimento da Escola MEC / FUNDESCOLA, para implementação de programas de formação continuada, conforme informações obtidas através da Divisão de Apoio ao Magistério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC. Esse departamento tem como atribuição responsabilizar-se pela capacitação do corpo técnico e docente no sentido de desenvolver uma política de formação de professores da rede pública municipal de ensino, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento profissional dos professores, consolidando, assim, a cultura de construção coletiva de conhecimentos pedagógicos, visando à melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos.

Essa política de formação continuada ganha força a partir de 2001. Anteriormente a esse período, é possível encontra-se modelos diferenciados de formação de professores nas modalidades reciclagem, treinamentos, capacitação, haja vista que o Plano Municipal Decenal de Educação para todos (1993) já trazia no seu bojo ações voltadas para a valorização do magistério. Como destaca Candau (1996), a preocupação com a formação dos profissionais da educação não é nova, e é possível que esteja presente em todos os movimentos de renovação pedagógica ao longo de décadas, ganhando nova roupagem, conforme o contexto histórico.

A tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação –SEMEC em relação aos investimentos foi fruto do seu Planejamento Estratégico –PES, sendo que o investimento na formação inicial e continuada dos professores foi planejado juntamente com algumas medidas que visavam e visam à melhoria da educação escolar no município de Teresina. Desse modo o primeiro passo foi a adesão e a preparação das equipes locais para implementação do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado para Professores - Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação - PCN (2001), Programa de Formação de Professores Alfabetizadores -PROFA (2001), Programa Gestão da Aprendizagem - GESTAR I - Português, Matemática e Psicopedagogia - (2001).

Coube à equipe da Secretaria de Ensino Fundamental e ao Ministério da Educação e Cultura SEF/MEC a elaboração, coordenação nacional, assessoria técnico-pedagógica, formação dos formadores e avaliação, enquanto os Estados e Municípios se responsabilizaram pela adesão aos programas, organização e estrutura, divulgação e sensibilização, coordenação local do programa, equipe de formadores, dentre outros aspectos. Atuaram nesses programas, pedagogos, técnicos da SEMEC, professores alfabetizadores, professores especialistas em língua portuguesa e matemática e coordenadores de projetos especiais.

Assim no período de 2001 a 2004, conforme dados obtidos no relatório da Divisão do Magistério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), foram certificados nos programas de formação continuada PCN, PROFA E GESTAR 2.465 professores, distribuídos em várias modalidades de ensino como: educação infantil, de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª, séries do Ensino Fundamental diurno e ainda na educação de jovens e adultos na modalidade EJA. Cabe destacar que a maior oferta foi para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que cerca de 1.074 dos certificados coube a esse grupo de professores.

A implantação dos referidos programas possibilitou a atendimento a todos os segmentos de rede municipal de Teresina, conforme mostra o Quadro 02 em anexo. E no que se refere à participação das interlocutoras desta pesquisa verificou-se que as 24 (100%) professoras que participaram dos programas de formação oferecidos para o Ensino Fundamental diurno de 1ª a 4ª série fazem parte dessas estatísticas.

Nesse percurso de formação, o sistema de ensino buscou ainda, nos resultados obtidos através de avaliações externas, o diagnóstico da situação de aprendizagem dos alunos e, a partir desses resultados, desenvolveu oficinas de Matemática, Língua Portuguesa e Alfabetização, atendendo a professores do 1º e 2º blocos no período de 2004 a 2006. Isso demonstra que a formação do professor nunca está consolidada e que o processo de desenvolvimento profissional permanente inclui a formação continuada de forma articulada com a realidade escolar na qual o professor está inserido.

Apoiado nessa mesma linha de pensamento de que a qualidade da formação dos professores é uma condição indispensável para a qualidade da educação, a parceria com o MEC continuou em 2006, com a implantação de novos programas destinados a professores também dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a saber: programa de Apoio à Leitura e à Escrita (PRALER), O Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais em Linguagem e Matemática (PRÓ-LETRAMENTO), e os programas de Fortalecimento do Trabalho da Equipe Escolar e Novos Rumos da Avaliação na Escola; destinados aos pedagogos (supervisores escolares) e técnicos da SEMEC.

É relevante destacar que partes dos programas iniciados em 2006 tiveram continuidade no ano de 2007, visto que, quem cursou o PRÓ-LETRAMENTO em Língua Portuguesa em 2006 só poderia cursar a formação em Matemática no ano seguinte, e vice-versa. Os dados obtidos na divisão de apoio ao magistério revelam, no Quadro 03 em anexo, o que foi descrito.

Outras iniciativas de formação continuada foram ou estão sendo implementadas pela rede municipal de ensino de Teresina que também tem ofertado cursos de Pós - Graduação (Especialização) para o corpo técnico e docente, conforme mostra o Quadro 04 em anexo. Neste quadro percebe-se que os cursos oferecidos pela rede de ensino junto a seu corpo docente e técnico possibilitam a formação continuada nas mais diversas áreas do conhecimento, contribuindo assim para o processo de profissionalização desses profissionais. De acordo com a Divisão de Apoio ao Magistério, as ações formativas para

2008 envolvem cursos de aperfeiçoamento profissional para professores, pedagogos, gestores de escolas, e atende profissionais de diversos segmentos em cursos e programas.

Essa breve retrospectiva deixa implícita outras ações desenvolvidas pela rede municipal de ensino de Teresina na execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento profissional dos professores, sobretudo através da formação.

Um esboço sobre alguns programas de formação continuada

Em função de atender à demanda da formação continuada de professores, os programas PCN, GESTAR, PROFA e PRÓ-LETRAMETO, dentre outros, foram implantados na rede municipal de ensino de Teresina, aos professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de jovens e adultos EJA. Para atender essa demanda a parceria entre o Sistema Municipal de Ensino e o Ministério da Educação foi fundamental. A partir de documentos e outros materiais dos programas citados, foi possível fazer a seguinte caracterização:

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado para Professores – Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação-PCN

De acordo com documentos analisados, o programa de desenvolvimento continuado para professores comumente conhecido como PCN busca favorecer a leitura compartilhada, o trabalho conjunto, a reflexão solidária e a aprendizagem em parceria entre os professores da rede pública, a partir dos Parâmetros e Referências Curriculares Nacionais. Apresenta como proposta intensificar o gosto pela construção coletiva do conhecimento pedagógico; favorecer o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores e criar novas possibilidades de trabalho com os alunos para melhorar a qualidade de suas aprendizagens.

Diante desse quadro, os sistemas educativos passam a assumir o compromisso com a educação e com os profissionais do ensino, obedecendo à legislação vigente-LDB 9394/96, no seu artigo 67, onde se lê que os sistemas devem promover a valorização dos profissionais da educação, destacando, no inciso II, o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim. A garantia dessa valorização específica da educação está assegurada no mandamento constitucional, no seu art. 22, XXIV, cabendo aos sistemas municipais, estaduais e federais cumpri-los.

Nesse contexto, os PCN e os demais programas de formação passaram a atuar no cenário educacional, em parcerias com o SEF/ MEC, redes de ensino, escolas e instituições formadoras, sendo que cada instituição assume com atribuições específicas para a implementação e o cumprimento das diretrizes que norteiam o programa. Assim os parceiros selavam o compromisso no sentido de garantir a eficácia da formação em cada sistema onde se firmava o convênio.

Na análise empreendida constatou-se que a matriz curricular do Programa PCN incluía módulos e carga horária específicos para cada modalidade de ensino. Os encontros para estudos e reflexões aconteciam geralmente nas escolas ou centros de formação, oportunidade em que o coletivo de professores, envolvendo mais de uma escola, se reunia com os coordenadores de grupo de estudos. O coordenador, geralmente estava representado por um professor ou supervisor da escola. A participação do professor e o cumprimento das exigências garantiam, além do crescimento pessoal e profissional, uma certificação com carga horária superior a 180 horas. O programa se estendeu a todas as modalidades de ensino da rede municipal.

Programa de professores alfabetizadores – PROFA

É um programa que também está inscrito na política de formação continuada desenvolvida pela SEMEC / MEC, incluindo um curso anual de formação de professores que ensina a ler e a escrever, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, tanto crianças como jovens e adultos. Por se tratar de um curso que aborda especificamente o início da aprendizagem da leitura e da escrita, não substitui programas destinados ao trabalho com outros conteúdos de formação profissional, conforme documentos do programa. Constatou-se que o curso totaliza carga horária que varia de 180 a 200 horas, distribuídas em três módulos, com 75% do tempo destinado à formação em grupo e 25% ao trabalho pessoal. Apresenta uma proposta de encontro semanal de três horas de duração e uma hora para o trabalho pessoal.

De acordo com o documento de apresentação do PROFA (2001), sua proposta metodológica está pautada em atividades de formação apoiadas fundamentalmente na metodologia de resolução de situações-problemas, dentre elas a análise de produções de alunos, simulação e planejamento de situações didáticas, segundo orientações determinadas, análise da adequação de uma dada atividade considerando um grupo

específico de alunos, comparação de atividades em relação aos objetivos previamente definidos e discussão das implicações pedagógicas dos textos teóricos estudados.

O programa contém material escrito e vídeos que subsidiam a formação. Esses materiais são entregues à instituição formadora para a distribuição entre os professores formadores e cursistas. A responsabilidade pela preparação dos formadores de cada programa é do Ministério da Educação, cabendo à Secretaria a coordenação administrativa e pedagógica, a reprodução de materiais e a preparação das agendas de formação. Em relação ao formador, a exigência é que fossem selecionados professores com experiência em alfabetização, visto que se trata de um curso para professores alfabetizadores. As atividades propostas envolvem um modelo de formação centrada no direito do professor aprender a ensinar assegurando aos alunos o direito de aprender.

É perceptível que essa perspectiva de formação assenta-se no pensamento de Freire (2001): ensinar exige competência profissional, comprometimento, escuta atenta, respeito aos saberes dos alunos, tomada consciente de decisões, aceitação do novo, reflexão crítica da prática, dentre outras competências e habilidades.

Programa de gestão da aprendizagem escolar – GESTAR

A preocupação com as ações de formação pautaram-se não só na alfabetização, mas também na Matemática e Língua Portuguesa, portanto um dos Programas de Formação Continuada relevante nesse percurso foi o GESTAR, cuja motivação foi a baixa proficiência dos alunos das séries iniciais em Língua Portuguesa e em Matemática, constatada pelos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Assim o Ministério da Educação/ Fundescola criou o Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar em parcerias entre as Secretarias de Educação de Estados e Municípios e as escolas, com a adesão e implementação nos municípios situados nas zonas de atendimento prioritário do Fundo de Fortalecimento da Escola Fundescola - e que já implementaram o Plano de Desenvolvimento da escola (PDE), e o Planejamento Estratégico (PES). O GESTAR tem como meta a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e em especial na aprendizagem das disciplinas supracitadas por alunos da 1ª a 4ª série de escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro – Oeste.

De acordo com documentos analisados, o GESTAR é um programa de gestão pedagógica da escola, cuja pretensão é inovar as estratégias de qualificação do professor e o processo ensino-aprendizagem dos alunos. Baseia-se nos Parâmetros Curriculares

Nacionais do Ensino Fundamental, com estudos presenciais e a distância na formação de professores. É desenvolvido ao longo de quatro semestres, por meio de encontros semanais em cada escola, coordenadas pelo formador do Gestar, com a participação do coordenador e dos professores. As reuniões acontecem na modalidade de oficinas em que os professores, organizados em grupos de discussão, estudam, planejam, elaboram situações didáticas, bem como analisam de forma crítica e reflexiva as atividades e experiências desenvolvidas pelos alunos. A pretensão é melhorar o desempenho escolar dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa, o que é desencadeado por ações sistêmicas

Quando se analisa as ações deste programa de formação continuada percebe-se que a formação, nessa perspectiva, foge do simples manejo e aplicação de técnicas, muito comum nas capacitações de professores.

Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental PRÓ – LETRAMENTO

Conforme informações na análise de documentos específicos do programa PRÓ-LETRAMENTO identificou-se que se trata de um programa de formação continuada de professores das séries iniciais do ensino fundamental voltado para a melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos em leitura, escrita e matemática. Com duração de 120 horas, em encontros presenciais com um professor tutor e atividades individuais, desenvolve-se numa parceria entre o MEC e universidades públicas e /ou comunitárias que integram a Rede Nacional de Formação Continuada. Essas redes são responsáveis pelo desenvolvimento e produção dos materiais para os cursos, bem como pela formação e acompanhamento dos professores tutores.

Ao analisar os documentos desse programa, verificou-se que o PRÓ-LETRAMENTO possui uma ação específica de apoio pedagógico aos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Trata-se de uma formação continuada, cuja proposta oferece condições para o professor refletir sobre sua prática e formação profissional, desenvolvendo um processo contínuo de formação com carga horária correspondente a 120 horas

Observou-se na descrição do material, que os fascículos e fitas de vídeo que compõem as unidades de estudos de Língua Portuguesa e de Matemática estão relacionados aos conhecimentos específicos de cada área. A proposta de formação

considera que muitos Estados e Municípios estão promovendo a ampliação da educação fundamental com a inclusão das crianças de seis anos, de acordo com a Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, portanto organizaram fascículos pensando nessa clientela que ingressa mais cedo no Ensino Fundamental.

Segundo os organizadores, na intenção de concentrar esforços e atenção do aprendizado da língua escrita nos anos decisivos da trajetória escolar, passou-se a destinar três anos do ensino fundamental ao trabalho com as turmas de alfabetização, quer seja na organização por seriação ou ciclos. Assim, diante do exposto, cabe destacar que os programas aqui focalizados seguiram e seguem as orientações emanadas dos Referenciais para Formação de Professores da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação.

A participação das professoras da e. M. Moacir Madeira Campos nos programas de formação continuada no período de 2001 a 2006.

Para chegar a este ponto da investigação utilizou-se o questionário e entrevista como instrumentos de coleta de dados. Os dados evidenciaram que a Escola Municipal Moacir Madeira Campos conta com 96% do seu quadro de docentes com formação a nível superior nos cursos de Pedagogia, Geografia e História e mais de 50% de especialistas em Alfabetização, Supervisão, Pedagogia Escolar, Docência do Ensino Superior, Psicopedagogia e Educação Ambiental, além de uma mestra e duas mestrandas em educação conforme mostra a Tabela 1 em anexo.

Verificou-se pela tabela, que as interlocutoras deste trabalho, constituem-se um conjunto de profissionais qualificadas em sua área de trabalho num nível de formação satisfatória com relação à função que desempenham. É importante ressaltar que embora quase todas as professoras já tenham curso superior e algumas especializações, uma reflexão permanente através de uma formação continuada, evidenciará as demandas da prática, e as necessidades dessa professoras para fazerem frente diante dos conflitos e dilemas de sua atividade de ensinar. Esta formação desencadeará uma melhoria na qualidade do ensino, portanto um ensino de boa qualidade e por sua vez, boa qualidade integra as dimensões técnica, política, ética e estética da atividade docente como defende Rios (2005, p.63) e ao postular “que o ensino competente é um ensino de boa qualidade”.

A significativa participação da equipe de professoras deixa evidente que essas profissionais participaram de mais de um programa de formação, o que implicou num

planejamento tanto da escola como da instituição formadora sem que prejudicasse a carga horária do aluno. As ações formativas foram organizadas possibilitando a participação das professoras pelo menos em dois cursos, sendo os PCN comum a todas elas e os demais, de acordo a área de atuação de cada professor, de acordo com o Quadro 5 em anexo .

A participação das 24 professoras da Escola em questão foi significativa no contexto da formação continuada em serviço por entender que ser professor, hoje, significa não somente ensinar determinadas conteúdos, mas, sobretudo um educador comprometido com as mudanças transformações da sociedade oportunizando aos seus alunos o exercício dos direitos básicos de cidadania. O entendimento ainda é oriundo de Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional LDBEN/9394/96, quadro estabelece no seu texto as funções dos docentes, ao tempo em que atribui responsabilidades. Nessa perspectiva alarga-se o compromisso e responsabilidade do professor com todos os segmentos do contexto educacional.

Considerações finais

A contribuição da formação continuada foi uma das constatações desta investigação, e, ao analisar os programas de formação e a participação das professoras, verificou-se que a formação continuada é essencial nos seus processos formativos. Convém destacar que a formação continuada tem sido uma preocupação da rede municipal de ensino em oportunizar formação ao seu corpo técnico-docente.

A escola também começa a sinalizar para a mudança. Os dados evidenciaram que os encontros aconteciam na sua maioria nesse espaço, posto que havia a participação de mais de uma escola, o que permitia discussões coletivas e trocas de experiência entre os colegas de profissão. Nesse sentido é importante ressaltar o que defende Nóvoa (1995), quando concebe a escola como lócus de formação profissional com vistas a uma nova forma de ver a profissão docente, fugindo da dicotomia existente entre os modelos acadêmicos e modelos práticos de formação. A escola pesquisada sinaliza para essa mudança e começa a dar os primeiros passos a partir do trabalho coletivo que desenvolve.

Resta agora lutar para que a escola seja de fato o lócus de formação, onde seus pares estejam o tempo todo em sintonia e desenvolvendo uma cultura pautada no trabalho coletivo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. A. G. et al. **Capacidades Lingüísticas da Alfabetização e a Avaliação**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Universidade de Minas Gerais.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Referências para Formação de Professores**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____, **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores**: apresentação. Brasília: Ministério da Educação, 2001. (PROFA)

_____, **Programa de Desenvolvimento profissional continuado**. Brasília: Ministério da Educação, 1999. (Parâmetros em Ação)

BRASIL. MEC. FUNDESCOLA. **Guia Geral do Programa Gestão de Aprendizagem Escolar**. Brasília: MEC, FUNDESCOLA, 2002. (GESTAR)

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2004.

BRZEZINSKI, I. (org). LDB. \ **Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2005.

CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: tendência atuais. In: REALI, A. M. de M.; MIZUKAMI, M da G. N. (Orgs.). **Formação de professores**: práticas pedagógicas e escolas. São Carlos: EdUSFCar, 1996. p. 139-152.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CURY, C. R. J. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RODRIGUES, A; ESTEVES, M. **A análise de necessidades na formação de professores**. Porto: Codex, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à pratica educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

NOVÓA, A.. **Profissão Professor: Portugal**. Porto Editora 1995.

PIMENTA, S. G. Professor Reflexivo: historicidade do conceito. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**. Gênese e crítica de um contexto. São Paulo (SP): Cortez, 2005. p. 17-52.

RIOS, T.A. **Competência e qualidade na docência**. In: _____. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, cap. 2.

RODRIGUES, A; ESTEVES, M. **A análise de necessidades na formação de professores**. Porto: Codex, 1993.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Novo plano Nacional de Educação**: Por uma outra Política Educacional. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo designer para o ensino e aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SEMEC. **A educação no jornal**, Informativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Teresina, janeiro a dezembro, 2001.

SEMEC. **A educação no jornal**, Informativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Teresina, janeiro a dezembro, 2002.

SEMEC. **A educação no jornal**, Informativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Teresina, janeiro a dezembro, 2003.

SEMEC. **A política de Educação que Teresina Aprovou**: Educação Municipal Passado, Presente e Futuro Informativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Teresina, 1997 a 2004.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Plano Decenal de Educação para todos**. Teresina, dezembro, 1993.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Plano Decenal de Educação para Teresina – DDET**. Teresina, janeiro, 2003.

TERESINA, Legislação do Município de Teresina. **A educação em Destaque**. setembro, 2004.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Relatório de Atividades**. Plano de governo 2005/2008. Teresina, fevereiro, 2005.

ANEXOS

Cursos	Ano	Nº de docentes
Pedagogia para os anos iniciais	1998	80
	1999	80
	2001	135
	2002	90
	2004	50
	TOTAL	435

Quadro 01 – Demonstrativo do processo de formação de professores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura/SEMEC .Nível de graduação. Clientela – Professores efetivos. Instituição – UFPI

Fonte: Divisão de Apoio ao Magistério / SEMEC – 2006.

Profissionais Atendidos	Educação Infantil (120)		Ensino Fundamental Diurno 1ª a 4ª (1ºbl=522) +(2ºbl=552) (1074)				5ª a 8ª série (855)	Educação de Jovens e Adultos		
							1ª a 4ª séries (143)		5 a 8ª séries (273)	
	PROFA	PCN	PROFA	PCN	GESTAR	PCN	PROFA	PCN	PCN	
Quantidade	65	85	387	638	185	460	53	90	80	
%da rede	54,16	70,83	-	59,40	-	53,80	37,06	62,93	29,30	
%do bloco	-	-	74,13	-	33,51	-	-	-	-	

Quadro 02 – Política de formação continuada da rede municipal de ensino de Teresina - período 2001 a 2004.

Fonte: Divisão de Apoio ao Magistério / SEMEC – 2006.

Cursos de Formação Continuada	Público- alvo	Nº de Participantes
PRÓ-LETRAMENTO	Professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental	76 professores (33em Língua Portuguesa e 43 em Matemática)
GESTAR I	Professores de 3ª e 4ª etapas do 2º bloco do Ensino Fundamental	45 professores
GESTAR II	Professores de 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental	26 professores
PRALER	Professores de 2ª e 3ª etapas do 1º bloco do Ensino Fundamental	91 professores
PROJETO DE APOIO PEDAGOGICO -PAP	Pedagogos	35 pedagogos
LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM-APE	Professores e pedagogos de 2ª e 3ªetapas do 1º bloco do Ensino Fundamental-I	30 cursistas

Quadro 03 - Programas de formação continuada, período 2006 / 2007

Fonte: Divisão de Apoio ao Magistério Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC (2006).

Cursos	Ano	Clientela	Nº	Parceria
Especialização em Educação	1998	Pedagogos	64	UFPI
Esp. Em Alfabetização	2004	Prof. Alfabetizador	40	I Camilo Filho
História da Arte	2004	Prof. de Arte e História	20	I Camilo Filho
Gestão da Aprendizagem	2006	Técnicos da SEMEC	17	ANI
Cultura Afrodescendente e Educ. Brasileira	2006	Prof. de História. Geog. e L. Portuguesa	18	UFPI
História da Arte	2006	Prof. de Hist. e Arte	12	I Camilo Filho
Informática Educativa	2006	Prof. e Pedagogos	06	PUC / RJ
Gestão de Cidades	2006	Técnicos da SEMEC	06	FGV
Metodologia de História	2006	Prof. de História	21	UFPI
Metodologia de Geografia	2006	Prof. de Geografia	24	UFPI
Metodologia de L. Portuguesa	2006	Prof. de L. Portuguesa	53	UFPI
Metodologia de Ciências	2006	Prof. de Ciências	36	UFPI
Mídias Educativas	2007	Prof. E Gestores	30	MEC
Educ.profissional integrada à Ed. Básica na modalidades Ed. de Jovens e Adultos.	2007	Professores do EJA.	33	MEC / CEFET
		TOTAL	414	

Quadro 04 – Demonstrativo do processo de Formação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura/SEMEC (I)

Nível – Pós-Graduação

Fonte: Termos aditivos/ Convênios e Relatórios anuais / SEMEC / 1998 a 2006 / Divisão de Apoio ao Magistério Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC (2006).

TABELA 1: Qualificação da Equipe Pedagógica da Escola Municipal Moaci Madeira Campos

Especificação de função	Qt	Nível Médio		Ensino Superior					
		Pedagógico		Graduação		Pós-Graduação			
						Especialização		Mestrado	
		<i>Comp</i>	<i>Incomp</i>	<i>Comp</i>	<i>Incomp</i>	<i>Comp</i>	<i>Incomp</i>	<i>Comp</i>	<i>Incomp</i>
Diretora	01	-	-	01	-	01	-	-	-
Diretora adjunta	01	-	-	01	-	01	-	-	-
Supervisora	01	-	-	01	-	01	-	-	-
Professoras	21	01	-	19	01	09	02	01	01
Total	24	01	-	22	01	12	02	01	02

FONTE: Quadro de Identificação de Professores da E. M. M. M. C. 2006

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA	Nº DE PROFESSORAS PARTICIPANTES
PCN EM AÇÃO / GESTAR	11
PCN EM AÇÃO / PROFA	06
PCN EM AÇÃO / PROLETRAMENTO	02
PCN EM AÇÃO / PROFA / GESTAR	03
PCN EM AÇÃO	02

Quadro 05 – Participação das Professoras nos Programas de Formação Continuada /período 2001 a 2006
FONTE: Questionário aplicado com a equipe de professoras da E. M. Moacir Madeira Campos 2006